

---

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**  
**PROPOSIÇÕES PRELIMINARES PARA A POLÍTICA DA DIMENSÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO**

**Junho/2022**

**Responsável (eis):**

Juliana De Lucena Ruas Riani  
Claudia Julia Guimarães Horta

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO</b>	2
<b>1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO</b>	2
<b>2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS</b>	3
<b>3. PROPOSTAS PRELIMINARES</b>	4

**FJP**

Alameda das Acácias, 70, São Luiz,  
Belo Horizonte – MG  
[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O plano diretor é uma lei que define como o município deve crescer e se desenvolver, de maneira que toda a população seja beneficiada com melhorias na sua qualidade de vida, protegendo o meio ambiente e a cultura e deve ser feito com a participação das pessoas que moram no município, tanto na cidade como na zona rural, porque são elas que melhor conhecem o lugar onde vivem e são as mais interessadas em encontrar um bom caminho para o futuro que desejam para si e para suas famílias.

Este relatório irá apresentar as contribuições obtidas para a dimensão social da Educação nas oficinas participativas realizadas na sede e nas áreas rurais do município, assim como a advinda da consulta popular virtual.

Considerando o panorama emergido a partir dos estudos realizados nos diagnósticos e as demandas da população colocadas nas oficinas participativas, foram elencadas propostas para a área da Educação de Conselheiro Lafaiete.

### 1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A educação básica pública de Conselheiro Lafaiete apresenta bom desempenho, principalmente nos anos iniciais do fundamental, com médias maiores que a do estado de Minas Gerais. Entretanto, existe grande heterogeneidade entre as escolas. Observa-se também uma alta taxa de distorção idade-série, principalmente nas escolas estaduais nos anos finais do fundamental e no ensino médio, o que foi atribuído, principalmente, à vulnerabilidade social dos alunos. Quanto a isso, é importante a articulação de ações da educação com a cultura, esportes, assistência social e saúde, visando diminuir a exposição a riscos sociais, presentes no cotidiano de crianças e adolescentes. Essa articulação é um aspecto que não está presente na concepção e prática da política de educação no município, a não ser em questões pontuais.

Especificamente em relação à rede municipal, observou-se a necessidade de as escolas realizarem um acompanhamento pedagógico sistemático dos seus alunos. Algumas escolas possuem projetos de intervenção pedagógica, mas é uma iniciativa do gestor escolar e não um direcionamento da secretaria municipal. Está em discussão um plano de intervenção pedagógica para minimizar a defasagem no aprendizado provocado pelo ensino remoto imposto pela pandemia da COVID-19. Porém, o acompanhamento e a intervenção pedagógica, como aulas de reforço e oficinas, devem ser pensados para além dos problemas provocados pela pandemia. A falta de uma matriz curricular comum para as escolas da rede e a forma pouco democrática para a nomeação dos diretores também foram problemas detectados na pesquisa de campo.

A rede de escolas municipais é ampla, todavia, necessitam de investimentos em infraestrutura, pois muitos estabelecimentos estão com problemas estruturais e com inadequação dos seus espaços, principalmente no atendimento de crianças menores. A educação infantil de 4 e 5 anos está universalizada, mas, a

**FJP**

---

universalização de creches para crianças de 0 a 3 anos de idade ainda está aquém da demanda observada pela rede municipal.

Outra questão relevante para a gestão da educação em Conselheiro Lafaiete é a baixa integração da rede estadual com a municipal. Embora o município possua sistema próprio de ensino, essa integração é essencial para o enfrentamento dos entraves ao bom desenvolvimento da educação com ações combinadas.

## 2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

As contribuições, sugestões e problemas relatados pela população nas oficinas realizadas em Conselheiro Lafaiete foram sistematizadas na lista apresentada abaixo<sup>1</sup>:

- Melhoria e manutenção da estrutura física das escolas municipais (várias com goteiras, obras inacabadas, falta de capina e infestação de pombos). Esses problemas também foram percebidos no trabalho de campo realizado pela equipe da FJP.
- Garantir a acessibilidade das escolas para pessoas com deficiência física e idosos.
- Falta de creches para atender as crianças de 0 a 3 anos.
- Crianças de uma mesma família são alocadas para escolas diferentes e distantes, o que tem gerado abandono escolar.
- Problema do transporte escolar público e gratuito para os alunos da rede pública moradores da zona rural. Como o transporte é terceirizado, realizado por vans e micro-ônibus, ele atende toda a população, não apenas os alunos, ficando sempre cheio. Os horários também não são adequados para os horários das escolas.
- Falta de auxílio da prefeitura para o transporte dos alunos dos cursos técnicos e superior e para os alunos da educação básica pública moradores da zona urbana. Os alunos estão evadindo em função da falta de condições das famílias para arcarem com transporte público.
- Necessidade de um estudo para o não fechamento da única escola de São Vicente de Paulo. A escola só oferta até a 4ª série. Embora ela só atenda atualmente 12 alunos, existem cerca de 30 alunos nos demais povoados que deveriam frequentar as aulas em São Vicente para seguir o zoneamento escolar e fortalecer a escola local. Entretanto, eles estão indo estudar na cidade de Conselheiro Lafaiete.

---

<sup>1</sup> Algumas contribuições não estão no âmbito do Plano Diretor. Assim, só foram consideradas aquelas pertinentes ao Plano Diretor.

- 
- Na oficina realizada em São Vicente de Paulo foi solicitado a oferta de cursos técnicos na comunidade, bem como aulas e oficinas de culinária, pintura e música. Também foi sugerido o espaço da escola seja utilizado para outras atividades fora do horário de aula.
  - Na oficina realizada em Rancho Novo foi solicitado a retomada da escola aberta aos finais de semana para a comunidade.
  - A comunidade de Riacho Novo solicitou o término da construção da creche, que já possui quase 30 crianças cadastradas. Também solicitou o término da reforma da escola.
  - Na oficina realizada em Buarque de Macedo foi colocada a situação da escola municipal que funciona em salas cedidas no prédio da escola estadual.
  - Na oficina realizada em São Gonçalo foi apontado que há demanda para escola de ensino fundamental e médio e que os adolescentes vão estudar em outro município (São Brás do Suaçuí). Também foi colocado que a escola de ensino fundamental é multiseriada.
  - Foi solicitada a oferta de ensino médio no bairro São José, sendo esse o mais populoso do município.
  - Prefeitura não distribui uniforme e material escolar para os alunos, como acontece em alguns municípios vizinhos.

### 3. PROPOSTAS PRELIMINARES

Considerando os aspectos analisados no diagnóstico da situação educacional em Conselheiro Lafaiete e das demandas da população colocadas nas oficinas participativas, foram elencadas as seguintes propostas para a área de educação de Conselheiro Lafaiete:

- revisar o Plano Municipal de Educação (PME), cuja vigência vai até 2024, garantindo a participação popular na sua elaboração;
- elaborar, executar e tornar público um plano de acompanhamento e monitoramento das metas e ações do Plano Municipal de Educação, com vistas a garantir o cumprimento das metas;
- promover maior interação com a rede estadual, com vistas a criar uma visão unificada e ações integradas em relação à política de educação para o município;
- expandir a educação infantil para crianças de 0 a 3 anos, em período integral, com vistas a atingir a Meta 1 do Plano Municipal de Educação (atender, no mínimo, 30% das crianças de até 3 anos até 2024).

- 
- aplicar o princípio da territorialidade para a oferta de educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental;
  - finalizar a construção da creche na comunidade de Riacho Novo;
  - realizar levantamento dos territórios com maior demanda de matrículas de acordo com a idade e etapas de ensino, com vistas a otimizar a expansão da oferta educacional;
  - realizar estudo para a situação da escola situada na comunidade São Vicente de Paulo, com vistas à sua continuidade e ampliação das etapas de ensino;
  - ampliar o tempo integral da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), preferencialmente em bairros socialmente vulneráveis;
  - aumentara oferta da escola integral para o ensino fundamental, preferencialmente em escolas de bairros socialmente vulneráveis;
  - cooperar com a Secretaria de Estado da Educação no aumento da oferta da escola integral para o ensino médio, preferencialmente em escolas de bairros socialmente vulneráveis;
  - assegurar, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, a oferta da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental e médio, articulada à educação profissional;
  - garantir infraestrutura adequada das creches e escolas, com manutenção adequada e finalização das obras, considerando tanto a parte física, salas e ambientes adequados, quanto os recursos pedagógicos, equipamentos e apoios administrativos, com vistas a facilitar o trabalho dos profissionais da educação e a aprendizagem dos alunos;
  - garantir a acessibilidade das escolas para pessoas com deficiência física;
  - criar programas de intervenção pedagógica, com vistas não apenas a minimizar os déficits de aprendizagem causados durante o ensino remoto emergencial, mas também para correção de fluxo e melhora da qualidade do ensino;
  - adotar práticas pedagógicas inovadoras ajustadas a realidade dos alunos;
  - aproveitar os espaços das escolas para ofertar cursos e oficinas que contemple a comunidade do entorno da escola, inclusive com a possibilidade de abertura das escolas nos finais de semana;
  - articular com o Sistema S e outras instituições do terceiro setor a oferta de cursos profissionalizantes voltados para as atividades econômicas e culturais locais;
  - articular com a Secretária de Estado de Educação e o Ministério da Educação a oferta de educação profissional, em consonância com as potencialidades econômicas e do mercado de trabalho da região;

- 
- garantir transporte escolar gratuito de qualidade para os estudantes da rede pública, em horários compatíveis com os horários escolares e preferencialmente exclusivos para os estudantes;
  - realizar estudos de viabilidade do auxílio transporte para os estudantes da educação básica em condição de vulnerabilidade social residentes na zona urbana;
  - apoiar o transporte escolar dos estudantes que frequentam cursos técnicos ou educação superior;
  - realizar estudos de viabilidade de ajuda de custo para uniforme e material escolar para os alunos da rede municipal;
  - elaborar e homologar uma matriz curricular comum para a educação infantil e o ensino fundamental para as escolas da rede municipal;
  - intensificar as ações intersetoriais com saúde, assistência social, cultura e esportes, visando a prevenção dos agravos oriundos da vulnerabilidade social dos alunos;
  - construir um sistema integrado de informações e dados da educação, saúde, assistência social, esporte e lazer para melhor planejamento das ações de intersetorialidade;
  - rever a forma de nomeação dos diretores das escolas municipais, com vistas a tornar o processo mais democrático e participativo;
  - fomentar a capacitação continuada dos professores e demais servidores da educação, levando em consideração as estratégias metodológicas específicas de cada etapa e modalidade de ensino;
  - articular com a Secretária de Estado de Educação e o governo federal a instalação de campus de educação superior pública, seja estadual ou federal;
  - manter e fortalecer as parcerias com as instituições de ensino superior do município;